



A REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS VIA CAPITAL SOCIAL

Autores:

AIRTON ADELAR MUELLER - Universidade Regional do Noroeste do Est - airton.mueller@unijui.edu.br

Resumo:

Uma das lentes teóricas usadas para discutir desigualdades regionais tem sido a(s) teoria(s) do capital social, particularmente a abordagem desenvolvida por Robert Putnam. Segundo tal abordagem, trata-se de um ativo intangível oriundo da cultura regional. Há, entretanto, outra vertente investigativa, baseada sobretudo nas reflexões de Pierre Bourdieu que destaca a face individual desse capital. O pertencimento a grupos e redes de relações sociais se constituiria em um recurso com eventuais benefícios a seus integrantes. No presente artigo argumenta-se que não somente a noção de capital social coletivo, mas também a de capital social individual possui valor heurístico para estudos sobre desenvolvimento regional, sobretudo quando se considera as conexões entre movimentos migratórios e desigualdades regionais. Além disso, argumenta-se que ambas as formas de capital social podem contribuir para reproduzir as desigualdades regionais existentes, ou até mesmo para ampliá-las.

A REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS VIA CAPITAL SOCIAL

INTRODUÇÃO

Uma das lentes teóricas usadas para abordar desigualdades regionais de desenvolvimento tem sido a(s) teoria(s) do capital social. Particularmente a abordagem desenvolvida por Robert Putnam encontrou solo fértil no meio acadêmico a partir de suas publicações sobre a Itália (PUTNAM 1993a e 1993b) e os Estados Unidos (PUTNAM (2000a). Segundo tal abordagem, o capital social é decorrente da cultura regional e teria como efeito o melhor funcionamento das instituições políticas e a geração de maior desenvolvimento socioeconômico.

Há, entretanto, outra vertente investigativa – baseada sobretudo nas reflexões de Pierre Bourdieu (1983, 1998) – que destaca a face individual deste capital. Ou seja, ao invés de ser tratado como um atributo coletivo pertencente a comunidades, regiões, etc, ele é visto como um atributo individual, resultante da posse, por parte dos indivíduos, de uma rede de relações e do pertencimento a um grupo. Destas redes de relações sociais poderiam derivar benefícios individuais, o que as tornaria uma forma de capital disponível aos seus possuidores.

Tal distinção conceitual entre capital social coletivo *versus* individual é o que leva autores como Portes (2000), Gabriel *et al* (2002), Esser (2000, 2008), entre outros, a destacar o caráter bipartido nas investigações recentes que trabalham com este conceito. Os dois últimos autores apontam, por exemplo, a distinção entre capital social de relação (*Beziehungskapital*) e capital social sistêmico (*Systemkapital*). A primeira forma se refere ao nível micro, ou plano dos indivíduos. A segunda diz respeito ao nível macro, ou plano das coletividades.

No plano micro, com algumas variações e adaptações conceituais, as noções de redes interpessoais e de capital social a elas atrelado, têm sido aplicadas a diferentes âmbitos empíricos. Destes, destaca-se sua utilidade e eficácia para a obtenção de trabalho e progresso na carreira profissional (GRANOVETTER, 1995; BURT, 1992); para a reprodução das desigualdades sociais (BOURDIEU, 1983; LOURY, 1977; WEISS, 2005) e para a facilitação e viabilização de movimentos migratórios (DE HAAS, 2009, 2010; THIEME, 2006; MASSEI e AYSA, 2005; PORTES 1995; PORTES/SENSENBRENNER, 1993; FAIST, 1997).

No presente artigo argumenta-se que não somente a noção de capital social coletivo, mas também a de capital social individual possui valor heurístico para estudos sobre desenvolvimento regional, sobretudo quando se considera as conexões entre movimentos migratórios e desigualdades regionais. Além disso, argumenta-se que ambas as abordagens (coletiva e individual) podem contribuir para a reprodução das desigualdades regionais existentes, ou até mesmo para ampliá-las.

Para tanto o texto é dividido em duas seções. A primeira apresenta a face individual do capital social na perspectiva de Pierre Bourdieu e busca mostrar suas implicações no âmbito de processos migratórios, segundo a interpretação de Thomas Faist. As implicações práticas são

ilustradas com dados de movimentos migratórios em Mesorregiões do Rio Grande do Sul. A segunda seção busca ressaltar que ao capital social coletivo, tal qual Robert Putnam o entende, pode subjazer uma lógica de efeitos no desenvolvimento regional semelhante àquela elaborada por Bourdieu no que tange ao seu potencial de reprodução das desigualdades. Se para Bourdieu o capital social pode contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, argumenta-se que o capital social coletivo, pode contribuir para a reprodução das desigualdades regionais. Tal argumentação é ilustrada com dados empíricos do *Credit Suisse Research Institute* quanto à distribuição da riqueza e da população mundial segundo regiões e países selecionados. Conclui-se que ambas as versões do conceito podem ter valor heurístico para estudarmos desigualdades regionais de desenvolvimento e que em ambos os enfoques há necessidades de aprofundamentos teóricos e, sobretudo, estudos empíricos.

A FACE INDIVIDUAL DO CAPITAL SOCIAL E AS DESIGUALDADES TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO

Para Bourdieu (1983 e 1986) é impossível explicar a estrutura e do funcionamento do mundo social sem que se tenha em mente a noção de capital em todas as suas formas. Daí que uma ciência geral da economia das práticas deveria [...] endeavor to grasp capital and profit in all their forms and establish the laws whereby the different types of capital (or power, which amounts to the same thing) change into one another (BOURDIEU, 1986, p. 46).

Para o autor há três formas básicas de capital: o econômico, o cultural e o social, sendo que cada uma delas é conversível em outras. O capital econômico seriam os bens materiais, títulos de propriedade, etc. O capital cultural apresentar-se-ia em três formas: a incorporada (conhecimento, competências, gosto estético); a objetivada (livros, obras de arte) e a institucionalizada (títulos acadêmicos, certificados). O capital social, por sua vez, significa um

conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Com tal definição fica claro que para Bourdieu este capital é um recurso pertencente essencialmente a indivíduos e não a coletividades. Do ponto de vista teórico, esta forma de capital teria sua existência independente das demais, no campo empírico, entretanto, não se poderia dissociá-la dos capitais econômico e cultural. Por isso, a posse de capital social de um indivíduo seria dependente da posse das demais formas de capital. Ou seja, a quantidade deste capital seria dependente, tanto da extensão da rede de relações que um indivíduo de fato consegue mobilizar, quanto da quantidade dos diferentes tipos de capital que ele próprio e os membros de sua rede possuem. Dessa forma, o capital social exerceria um efeito multiplicador sobre os demais tipos e quantidades de capital disponíveis.

Da conversibilidade de uma forma de capital em outras e da desigual distribuição dos diferentes capitais, segundo as classes sociais, adviriam vantagens (lucros) desiguais. Disso se

desdobraria um mecanismo de reprodução de desigualdades sociais. A Tabela 1 mostra esquematicamente como se daria esta reprodução.

Tabela 1: Formas de capital e reprodução das desigualdades sociais segundo Bourdieu

Estrutura de Classes	Quantidade de Capital Econômico	Qualidade do Capital Cultural	Benefício advindo do Capital Social
Alta	Muito	Alta	Muito
Média	Moderado	Média	Médio
Baixa	Pouco	Baixa	Pouco

Fonte: Roßteutscher, Westle e Kunz (2008, p.23).

Para aqueles indivíduos das classes abastadas, o proveito advindo de suas redes na forma de capital social, seria maior do que aquele que os indivíduos de classes sociais baixas poderiam obter. Desta forma, o capital social teria o efeito de reproduzir e, portanto, manter a desigualdade social manifesta na estrutura de classes. Na Tabela 1 há destaque para o benefício advindo do capital social segundo as classes sociais, todavia, os benefícios esperáveis das demais formas de capital seguem a mesma lógica.

Do ponto de vista da sociologia das migrações, Faist (1997) desenvolveu um modelo teórico no qual são consideradas as relações entre migrações, desenvolvimento e capital social individual. Para ele o conceito de capital social é visto como *the crucial meso level* e pode, desta forma, conectar as abordagens que tratam das relações entre migrações e desenvolvimento focadas em fatores macroestruturais às abordagens focadas nos indivíduos. O autor resume o conjunto de discussões sobre processos migratórios em três níveis de análise: O Macro-estrutural, o Relacional e o Individual. Tanto nos locais de origem, quanto nos de destino, os fatores macro-estruturais incluiriam os econômicos (oportunidades de trabalho, distintos níveis salariais) políticos (conflitos, legislação) e culturais (afinidades, conexões históricas). Entre os aspectos micro estariam as expectativas, os recursos e os valores de cada indivíduo ou família. Este conjunto de elementos criaria um gradiente de graus de liberdade (*degrees of freedom*) quanto às possibilidades de cada indivíduo concretizar o movimento migratório. Para escravos, crianças e refugiados de guerra, por exemplo, o grau de liberdade sobre as decisões de mobilidade ou imobilidade seria bastante restrito. Por outro lado, haveria indivíduos dotados de maior grau de autonomia quanto a tais decisões, dado o seu controle sobre recursos, a posse de informações e o pertencimento a redes sociais.

O nível relacional, por sua vez, seria justamente o elo entre os dois anteriores – macro e micro. Para tal, o autor se vale dos conceitos de laços sociais e de capital social a eles inerente e aplica-os ao contexto das migrações como: “Resources available to potential movers and stayers by participation in networks and collectives through weak, strong and symbolic social ties” (FAIST, 1997, p. 200). Ou seja, o autor trabalha com estas três categorias de laços sociais (fortes, fracos e simbólicos) e com o conceito de capital social enquanto noção de que por intermédio desses laços os migrantes podem ter acesso a eventuais recursos úteis no processo migratório.

Os laços fortes são as relações familiares e de parentesco. Os laços fracos englobam as redes de potenciais migrantes, contatos com intermediários no processo migratório e laços com pessoas que permanecem no local de origem. Já os laços simbólicos dizem respeito a conexões com organizações étnicas e/ou religiosas. Com relação ao conceito de capital social, o autor aponta

que os recursos que o constituem, teriam o efeito de “[...] reduce both direct monetary costs of movement and the opportunity costs (that is, the earnings forgone while moving, searching for work and housing, learning new skills), and also decrease the psychological costs of adjustment to a new environment in the receiving country.” (FAIST, 1997, p. 193).

Investigações quanto ao papel das redes sociais e do capital social individual são, entretanto, em boa medida, voltadas à análise de movimentos migratórios internacionais. O mesmo não se dá, especialmente no caso brasileiro, no âmbito das migrações internas (interestaduais ou intraestaduais). Elucidativa neste sentido é a passagem a seguir encontrada em publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – “Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil” (IBGE, 2011) – quando apresenta um panorama da migração interna no Brasil no último quinquênio do século XX. Nela lê-se que “nesse período, São Paulo ainda atraiu população vinda do Nordeste, **provavelmente** influenciada pelas redes sociais [...]” (IBGE, 2011, p. 32, destaque nosso). Na mesma publicação tal instituto ressalta a crescente importância de se considerar o papel das redes interpessoais dizendo que “tanto nos movimentos internos quanto nos internacionais, o papel das redes sociais no suporte e direcionamento dos fluxos migratórios é determinante (IBGE, 2011, p. 16).

Ou seja, é possível que os movimentos emigratórios verificáveis em regiões menos desenvolvidas sejam viabilizados em grande parte pela ação do capital social individual dos migrantes. Além disso, como destaca Faist (1997), este capital social pode servir para encontrar trabalho e moradia, bem como para a “adaptação” no e ao local de destino. No exemplo acima, a referência é às migrações de uma região brasileira historicamente com menores indicadores de desenvolvimento (Nordeste) para outra com maiores indicadores (Sudeste).

Há que se considerar que pode haver remessas de recursos financeiros por parte dos emigrados para aqueles que permaneceram. Todavia, aquele capital social que viabiliza as emigrações pode representar um fator que atue contra o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas. Isto porque a saída de pessoas pode representar, entre outros aspectos, perda de capital humano, redução do mercado consumidor local e, ao mesmo tempo, concentração destes fatores em regiões já mais desenvolvidas.

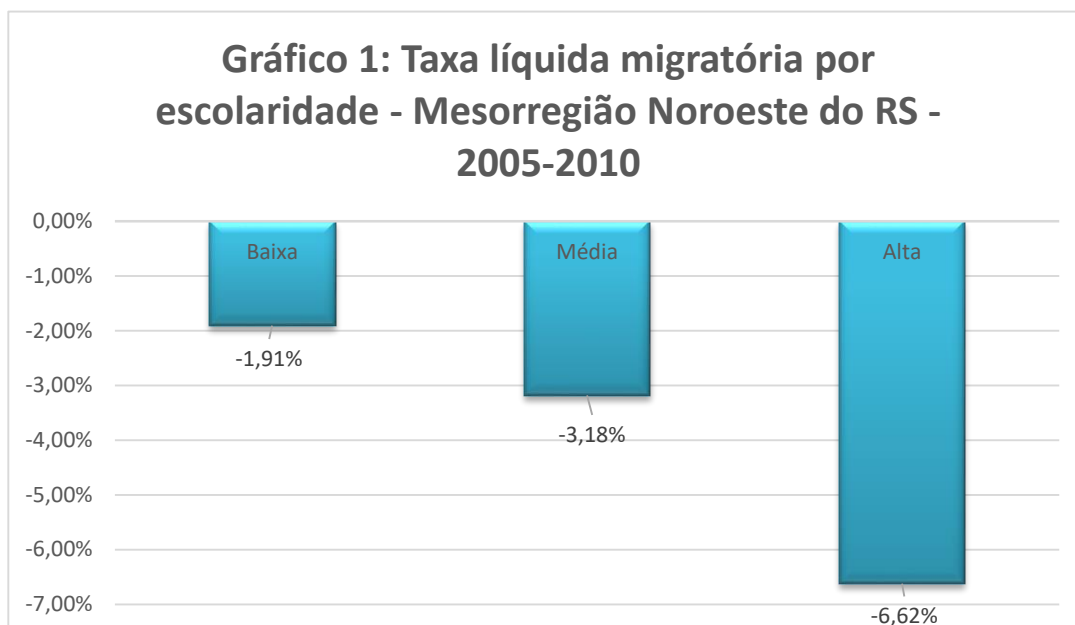
Tomando-se como exemplo o estado do Rio Grande do Sul (RS), trabalho Bandeira et al (2014) aponta justamente na direção desta seletividade migratória. A Tabela 2 nos mostra que a Mesorregião Noroeste Rio-grandense vem acumulando, já de longa data, um saldo negativo de migrações na comparação com as demais mesorregiões do Brasil. Já na Mesorregião Nordeste Rio-grandense se observa justamente o inverso, a recepção de migrantes.

Tabela 2: Saldo migratório de mesorregiões do RS com as demais do Brasil, incluindo o RS 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Mesorregiões	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Noroeste	-114.597	-99.266	-50.748
Nordeste	11.586	19.414	21.230

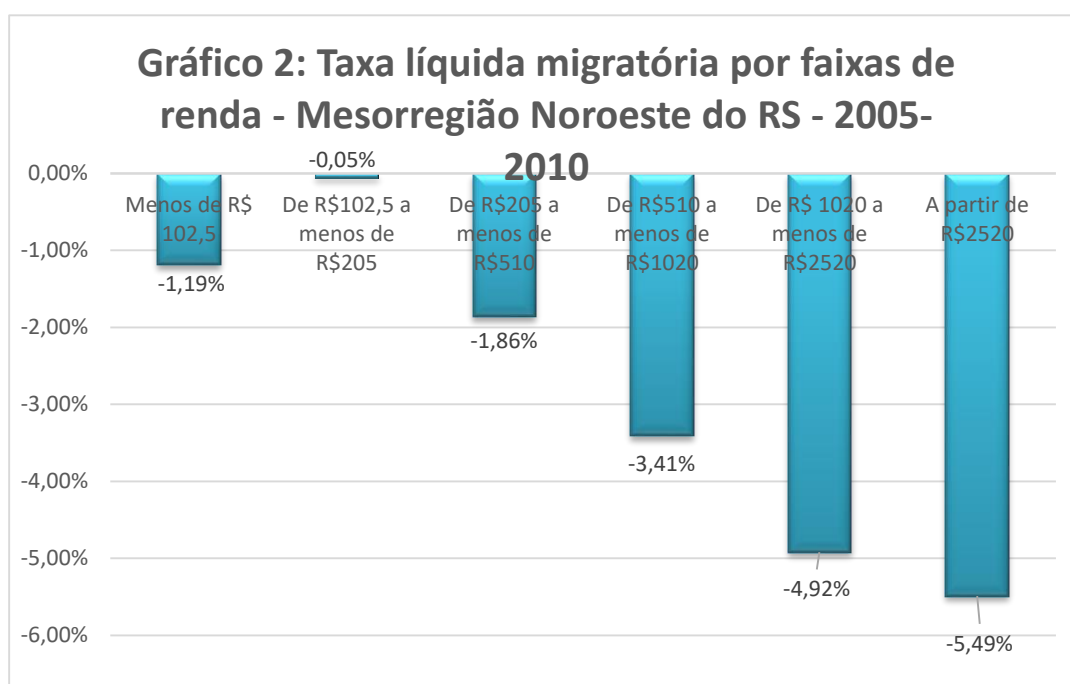
Fonte: Bandeira et al (2014, p.262).

Os Gráficos 1 e 2 apresentam dados da Mesorregião Noroeste-riograndense referente aos anos 2005-2010. Neles traz-se a taxa líquida migratória por escolaridade (Gráfico 1) e por faixas de renda (Gráfico 2).



Fonte: Elaboração do autor com dados de Bandeira *et al* (2014).

No primeiro caso é nítido que a região em questão perde pessoas com alta escolaridade. Os demais dados da mencionada pesquisa indicam que há 2,4 vezes mais pessoas com escolaridade alta saindo do que entrando na mesorregião. Com relação às faixas de renda dos migrantes vê-se, igualmente, que a região perde pessoas com renda mais elevada.



Fonte: Elaboração do autor com dados Bandeira *et al* (2014).

Isto evidencia claramente, dentre outros aspectos, uma perda de capital humano e de eventuais consumidores com renda elevada para os parâmetros regionais. Ademais, os dados

[...] apoiam as teorias de seletividade migratória, que indicam que os emigrantes são positivamente selecionados em relação à população de origem, isto é, têm um nível de escolaridade proporcionalmente maior do que o dos habitantes do local de origem. O mesmo pode ser observado entre os imigrantes, que também apresentam características positivamente selecionadas em relação à população residente (BANDEIRA *ET AL*, 2014, p. 288).

Se essas migrações são mediadas ou, no limite, viabilizadas pelas redes sociais e pelo capital social individual, conforme a literatura aponta, é possível inferir que pode se ter um efeito ambivalente no que diz respeito ao desenvolvimento. O capital social individual pode, de um lado, propiciar a melhoria das condições de vida dos indivíduos que migram para regiões que, em tese, oferecem melhores oportunidades de trabalho, educação, lazer, etc. Mas, de outro, no plano coletivo, o mesmo capital social pode servir para consolidar e reproduzir disparidades espaciais já existentes em virtude da seletividade migratória. Sendo, assim, um fator propulsor do desenvolvimento nas regiões ganhadoras e um obstáculo nas regiões perdedoras.

CAPITAL SOCIAL COLETIVO E A LÓGICA DE BOURDIEU NO NÍVEL REGIONAL

A ideia de capital social coletivo tem em Putnam (1993b e 2000a) a principal referência. Sua bastante citada definição deste conceito é a de que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000b, p. 177). Em linhas gerais, o elemento central da noção de capital social seria a cultura de uma região, especificamente o fato de existir uma tradição de engajamento cívico nos assuntos coletivos e da participação em associações das mais diversas. Em um tal cenário rico em associativismo floresceriam a confiança e as normas de reciprocidade generalizadas. Consequentemente, as ações coletivas visando o bem-comum se veriam facilitadas. Disso resultaram economias regionais mais pujantes e governos mais responsivos.

Partindo-se do princípio de que a existência de desigualdades regionais é uma realidade dada e aceitando-se que o capital social de uma região pode ter efeitos positivos sobre seu próprio desenvolvimento, é razoável supor que a lógica da reprodução de desigualdades sociais advinda da conversibilidade de um tipo de capital em outros, conforme Bourdieu (1983) nos ensina, pode atuar de maneira muito semelhante se tivermos como unidade de análise um certo território caracterizado por desigualdades regionais. Isto porque é preciso perguntar quem forma o capital social de uma região e, a despeito de características culturais, em quais condições socioeconômicas vivem estas pessoas, para, a partir disso, pensarmos sobre os potenciais do capital social de cada região.

Segundo o que a própria leitura das obras de Putnam permite concluir, os formadores do capital social de uma região são os habitantes dessa região. Esta pode ser uma resposta óbvia, mas não sem importância. Isto porque, se são os atores locais aqueles que formam o capital social, é justamente nos territórios mais carentes que este capital será formado por indivíduos com menor

poder e controle, com menor capacidade de impactar o mundo. A despeito das diferenças culturais é possível e necessário questionarmos também sobre uma série de questões bastante básicas. Qual é a posse de outros recursos que cada população regional dispõe. As pessoas falam várias línguas? Elas dispõem de tempo livre para participar, ou precisam gastar grande parte do seu dia para deslocamentos de casa até o trabalho? Elas dispõem de meios de comunicação para organizar as atividades coletivas? Enfim, são algumas das questões que se poderia fazer.

Como lembram Portes e Landolt (2000), se uma comunidade for pobre, não importa quão coesa ela seja, sua capacidade de influenciar o mundo e seu entorno, possivelmente também será proporcionalmente restrita. Dito pelos próprios autores: “social capital consists of the ability to marshal resources through social networks, not the resources themselves. When the latter are poor and scarce, the goal achievement capacity of a collectivity is restricted, no matter how strong its internal bonds” (PORTES, e LANDOLT, 2000, p. 546).

Costumeiramente, as referências ao capital social coletivo enfocam apenas o lado mais promissor da participação e do engajamento, sem dar atenção ao que Bourdieu já no início da década de 1980 nos ensinara. Ou seja, o fato de que os diferentes capitais (econômico, cultural, social) se somam, se potencializam e que uma forma de capital pode servir para adquirir outras (BOURDIEU, 1983).

Não se trata aqui de focar nos diferentes recursos de cada região em si, tal como nos recursos naturais, mas sim nos diferentes capitais das pessoas que formam o capital social. Isto porque o capital social de uma região pobre e atualmente subdesenvolvida é, necessariamente, constituído por pessoas pobres. De outro modo, o capital social de regiões mais ricas e desenvolvidas será constituído por pessoas com mais posses materiais, maior grau de instrução, maior domínio de línguas, etc. e, conseqüentemente, com maior poder e capacidade de influenciar o mundo.

Com isto se busca dizer que em regiões mais ricas – em termos materiais, educacionais, etc – o respectivo capital social pode ser mais produtivo do que em regiões onde as pessoas que o formam são carentes no que tange aos demais capitais. O que, por sua vez, se constitui, para as regiões carentes, em um poderoso limitante dos supostos benefícios advindos deste capital. Já para as regiões mais desenvolvidas pode ser um fator com maior potencial de efeitos positivos sobre seu desenvolvimento. Do que pode resultar um mecanismo de reprodução das desigualdades regionais, para o qual o capital social coletivo/comunitário pode estar contribuindo. Em termos esquemáticos análogos ao apresentado na Tabela 1, a Tabela 3 permite visualizar este raciocínio.

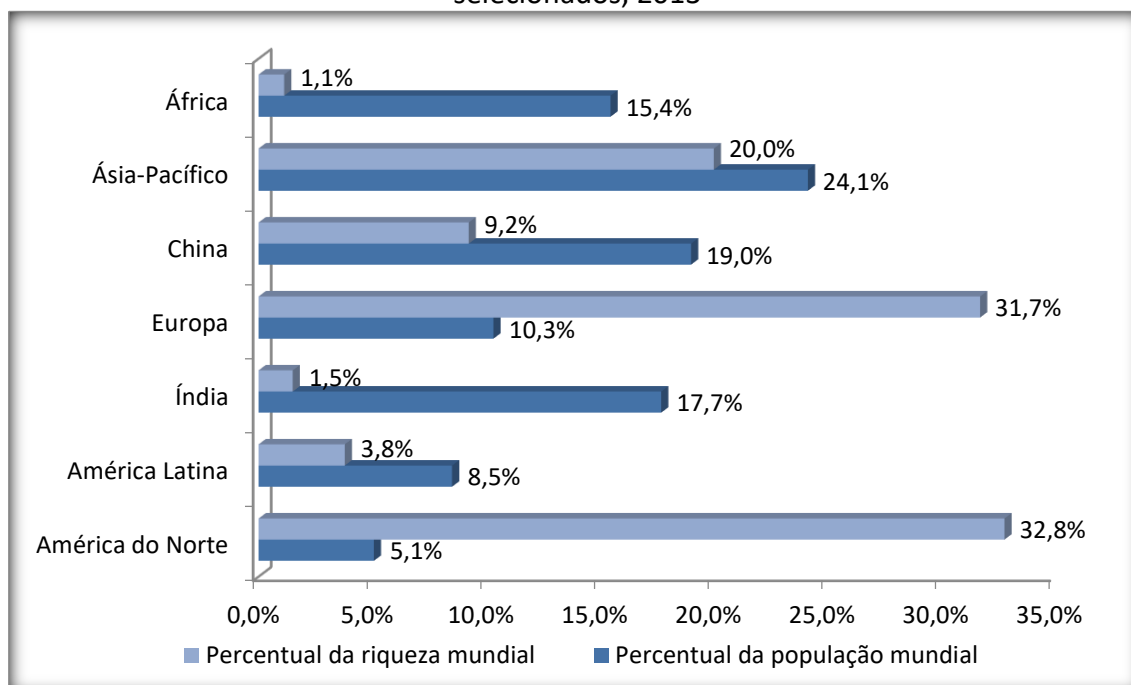
Tabela 3: Potencial de reprodução das desigualdades regionais via capital social coletivo

Desigualdades regionais	Quantidade de Capital Econômico da população	Qualidade do Capital Cultural da população	Potencial do Capital Social coletivo
Região de alto desenvolvimento	Muito	Alta	Alto
Região de médio desenvolvimento	Moderado	Média	Médio
Região de baixo desenvolvimento	Pouco	Baixa	Baixo

Fonte: elaborado pelo autor com base em Rossteutscher, Westle e Kunz (2008, p.23).

Uma forma de ilustrar o que argumentamos, é mostrar alguns dos resultados de estudo divulgado pelo Credit Suisse Research Institute (CSRI), no qual são apresentados dados da distribuição da riqueza mundial. O estudo estima a riqueza mundial (meados de 2013) em 241 trilhões de dólares americanos, o que equivaleria a uma média de 51.600,00 dólares para cada um dos cerca de 7,2 bilhões de habitantes do globo. Entretanto, no mesmo estudo lê-se que: “Our estimates suggest that the lower half of the global population possesses barely 1% of global wealth, while the richest 10% of adults own 86% of all wealth, and the top 1% account for 46% of the total” (CSRI, 2013a, p. 11). Além destas informações gerais, são apresentados dados agregados e absolutos quanto à distribuição mundial da riqueza e população segundo regiões e países selecionados. Baseado nestes dados, o Gráfico 03 apresenta um comparativo entre a distribuição mundial da população e da riqueza segundo regionalização previamente adotada naquele estudo.

Gráfico 03: Distribuição da população e da riqueza mundial segundo regiões e países selecionados, 2013



Fonte: Elaboração do autor. Fonte dos dados: CSRI (2013b, p. 140).

A América do Norte concentra aproximadamente 33% da riqueza mundial e apenas 5% da população. A Europa concentra 32% da riqueza e somente 10% da população. Ao mesmo tempo todos os países africanos juntos dispõem de apenas 1% da riqueza global. Lá, porém, vivem mais de 15% da população global. Obviamente que as desigualdades internas também precisam ser levadas em consideração em cada caso.

Porém, diante de tais circunstâncias não é difícil imaginar que o engajamento individual ou coletivo por parte de europeus ou norte-americanos possa ter muito mais possibilidades de êxito do que aquele de um indivíduo ou de uma coletividade africana. E isto pode não ter nenhuma relação com as diferenças culturais. Todavia, é fácil imaginar que europeus e norte-americanos tendam a explicar sua própria riqueza e bem-estar a partir de elementos endógenos (tais como a cultura e o capital social) e que tendam a sugerir que os demais povos devam buscar soluções também endógenas para o seu desenvolvimento.

Porém, diante do exposto, seria razoável esperar que através do capital social formado pelas pessoas das áreas com menor posse de riquezas e capitais diversos, o que para Bourdieu (1983) equivale a poder, possa haver mudanças significativas em termos de desenvolvimento naqueles lugares? Será que se, supostamente, todas as pessoas dessas áreas participassem ativamente de associações voluntárias o desenvolvimento seria alcançado? Como resolver os problemas dos países de mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e mais especificamente de suas “comunidades” com a abordagem do capital social de Putnam? Civismo x Familismo, engajamento voluntário, redes do tipo bonding e/ou bridging, etc. (PUTNAM, 1993b, 2000a), seriam estas as soluções? Possivelmente a resposta seria não.

Quem procura explicar desenvolvimento via Putnam, certamente não dá grande atenção ao que o Gráfico 3 escancara. No momento presente, a capacidade e impactar o mundo é gritantemente desigual. Portanto, parece ser praticamente impossível imaginar que os habitantes desses países de baixo IDH, mesmo que fossem absolutamente engajados e cívicos, pudessem realmente influenciar o mundo ou mesmo seu entorno mais próximo de maneira significativa. Poder-se-ia objetar que não se trata de focar nos indivíduos e sim em atores coletivos, como associações, sindicatos, movimentos sociais, etc. e que “juntos somos mais fortes”. Todavia, isso não muda o fato de que são os respectivos habitantes que formam tais associações, sindicatos, etc.

Dito nos termos de Putnam, significa que mesmo que todos os habitantes de um de um município carente no Brasil, por exemplo, participassem de alguma associação, mesmo que os habitantes confiassem plenamente uns nos outros e todos os problemas internos da ação coletiva fossem resolvidos, muitos dos aspectos que afetam o desenvolvimento local continuariam não sendo solucionáveis pelo capital social local. Em síntese, o capital social pode não ter o propalado potencial de resolver os problemas das regiões mais pobres e, menos ainda, pode ter o potencial de ser um recurso para reduzir as distâncias entre regiões. Pode, mais provavelmente, aumentá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo discute-se a temática das desigualdades regionais de desenvolvimento à luz do conceito de capital social. Particularmente a partir das contribuições de Pierre Bourdieu e de Robert Putnam. Se este último autor é frequentemente associado ao tema do desenvolvimento regional, o mesmo não ocorre com Bourdieu, sobretudo se a perspectiva analítica se der a partir do seu conceito de capital social. Isto porque, diferentemente de Putnam, que foca na dimensão coletiva do conceito, Bourdieu construiu-o focando no indivíduo e em suas redes de relações.

Primeiramente se busca evidenciar que esta noção de capital social individual também pode ter valor heurístico quando se estuda desenvolvimento regional, sobretudo se termos em mente as desigualdades regionais e os movimentos migratórios a elas atrelados. Neste sentido ressalta-se, ancorado em Thomas Faist, que o capital social pode atuar como um *meso link* que conecta (indivíduos) emigrantes de uma região com indivíduos e instituições de outras regiões, sobretudo com aquelas regiões que recebem migrantes. Assim sendo, ressalta-se a ambiguidade do papel desse capital social quanto ao desenvolvimento. Se visto na perspectiva dos indivíduos migrantes, é provável que este recurso venha a ter um impacto positivo no bem-estar destes. Se

o aumento do bem-estar for tomado como sinônimo de desenvolvimento, pode-se falar em uma relação positiva entre capital social e promoção do desenvolvimento.

Todavia, a depender das características daqueles que emigram, as regiões perdedoras podem estar perdendo sujeitos importantes para o desenvolvimento da região. Isto em termos de poder de consumo, em termos de mercado de trabalho, em termos de potencial inovador, etc. Se a saída de pessoas pode ser desvantajosa para alguma região, a vinda destas mesmas pessoas será vantajosa para outra. E se isto foi viabilizado pelo capital social individual, há uma clara implicação entre este capital e as dinâmicas de desenvolvimento das diferentes regiões. Aquelas regiões que perdem população, perdem em potencial de desenvolvimento via capital social e aquelas que recebem as populações, recebem junto este potencial. Se isto é válido, o capital social em questão pode ser visto como um elemento que atua no sentido de reproduzir e de eventualmente ampliar as desigualdades regionais. Neste sentido, é pertinente pensar-se em aprofundar os conhecimentos sobre os papéis das redes interpessoais e do capital social no que tange aos movimento migratórios em termos inter-regionais.

Já com relação ao capital social coletivo do tipo putnamiano, se argumenta que também este pode ter implicações indesejadas se o objetivo for reduzir desigualdades regionais. Indesejadas no sentido de também promover a reprodução ou ampliação das desigualdades regionais. Para se compreender esta possibilidade é preciso ter claro que o capital social coletivo de uma região é formado, sobretudo, por seus próprios habitantes e que, para além das eventuais diferenças culturais regionais, é preciso evidenciar as diferenças em termos de condições socioeconômicas entre os habitantes das diferentes regiões. Em termos gerais, significa que regiões pobres / pouco desenvolvidas, terão seu capital social formado por pessoas pobres. Já regiões ricas / bastante desenvolvidas, terão seu capital social formado por pessoas ricas.

Tal ideia básica pode ser lapidada se termos em mente a os ensinamentos de Bourdieu (1983) quanto à pluralidade de capitais, a conversibilidade de um capital em outros, que o capital social exerceria um efeito multiplicador sobre os demais tipos e quantidades de capital disponíveis e que os diferentes capitais podem ser vistos como equivalentes a poder. Nesse sentido, o engajamento cívico, o associativismo, a participação na vida pública em geral e as ações coletivas terão possibilidade de êxito maiores se os sujeitos que as dão vida forem mais dotadas de diferentes capitais. O corolário óbvio disso é que o capital social coletivo em regiões já mais desenvolvidas terá um potencial de impacto positivo no desenvolvimento maior do que aquele de regiões menos desenvolvidas. Portanto, trata-se de um mecanismo de reprodução e/ou ampliação das desigualdades regionais.

Reitera-se que o que sustentamos aqui não é o mesmo que focar nos diferentes recursos de cada região em si, tal como os recursos naturais, isto também pode ser objeto de discussão. Todavia, aqui se busca ressaltar a necessidade de se ter em mente os diferentes capitais das pessoas que formam o capital social de cada região. Isto põe em evidência um aspecto qualitativo fundamental quanto ao capital social coletivo, o que não é necessariamente determinado pela cultura, mas é algo concreto e não deve ser ignorado se quisermos tratar seriamente de capital social.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, M. D. et al. Perfil dos migrantes do Rio Grande do sul e suas Mesorregiões no período 2005-2010: hipóteses para as motivações de deslocamento. In: Lou, Isaac Aroucha Coimbra (Org); MAGALHÃES, Marisa Valle (Org): *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades*. Salvador. SEI, p. 281 – 322, 2014.
- BOURDIEU, Pierre : Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, sozial Kapital. In: Reinhard Kreckel (Hrsg.): *Soziale Ungleichheiten*. (Soziale Welt Sonderband 2), Göttingen, S. 183-198, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: John G. Richardson (ed.): *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, p. 241-258, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: Nogueira, Maria Alice & Catani, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BURT, R.S. *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CSRI (Credit Suisse Research Institute). *Global Wealth Report 2013*. (2013a). Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C8>. Acesso em: 31.10.2013.
- CSRI (Credit Suisse Research Institute). *Global Wealth Databook 2013*. (2013b). Disponível em: <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=1949208D-E59A-F2D9-6D0361266E44A2F8>. Acesso em: 31.10.2013.
- DE HAAS, H. 'Mobility and human development'. *Human Development Research Paper No. 1*, Human Development Report Office, New York, 2009.
- DE HAAS, H. Mobility and Human Development: Introduction. *Journal of Human Development and Capabilities*. 11(2), 2010.
- ESSER, Harmut. *Soziologie. Spezielle Grundlagen*, Bd. 4: Opportunitäten und Restriktionen. Frankfurt/New York, 2000.
- ESSER, Harmut. The Two Meanings of Social Capital. In: D. Castiglione, J.W. van Deth/G. Wolleb (Eds.), *The Handbook of Social Capital*. Oxford: Oxford University Press, p. 22-49, 2008.
- FAIST, Thomas: The Crucial Meso-Level. In: Hammar, Brochmann and Faist, Thomas (Hrsg.). *International Migration, Immobility and Development: Multidisciplinary Perspectives*. Berg Editorial offices, Oxford, 1997.

- GABRIEL, O. et al. *Sozialkapital in westlichen Demokratien. Zivilgesellschaftliche Ressourcen im Vergleich*. Wien: Signum, 2002.
- GRANOVETTER, Mark. *Getting a Job: A Study of Contracts and Careers* - 2nd Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, 2011.
- LOURY, Glenn. A Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: P. A. Wallace, P.A/LaMond, A. (Hrsg). *Women, Minorities and Employment Discrimination*. Lexington Books, p. 153-186, 1977.
- MASSEY, Douglas S, e AYSA, Maria: *Social Capital and International Migration from Latin America*. Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, Mexico City, 2005.
- PORTES, Alejandro. Two Meanings of Social Capital. *Sociological Forum*, Vol. 15 No. 1 (Mar.), p. 1-12, 2000.
- PORTES, Alejandro. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: Portes, Alejandro (ed.). *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*, NY, Russell Sage Foundation, pg. 1-41, 1995.
- PORTES, Alejandro e SENSENBRENNER, Julia: “Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action”. *American Journal of Sociology*. 98: 1320-50, 1993.
- PORTES, Alejandro e LANDOLT, Patricia. Social Capital: Promise and Pitfalls of its Role in Development. *Journal Lat. Amer. Stud.* 32, 529-547. Cambridge University Press, 2000.
- PUTNAM, Robert D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. *The American Prospect*. March 21, 1993a.
- PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 1993b.
- PUTNAM, Robert D. *Bowling alone. The collapse and revival of american community*. New York: Simon & Schuster, 2000a.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2000b.
- ROßTEUTSCHER, Sigrid, WESTLE, Betina e KUNZ, Volker. Das Konzept des Sozialkapitals und Beiträge zentraler Klassiker. In: Westle, Bettina/Gabriel, W. Oscar (Hrsg) (2008): *Sozialkapital: Eine Einführung*. Nomos, 2008.

THIEME, Susan. *Social Networks and Migration. Far West Nepalese Labour Migrants*. Delhi: NCCR North-South dialogue, NCCR North-South. Berne, 2006.

WEISS, Anja. The transnationalization of Social Inequality: Conceptualizing Social Positions on a World Scale. *Current Sociology*, Vol. 53(4): 707-728, 2005.